



“A glória é tanto mais tardia quanto mais duradoura há de ser, porque todo fruto delicioso amadurece lentamente”
Arthur Schopenhauer



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



GDF se posiciona sobre ICMS do diesel

O governo federal articula junto aos estados a proposta de zerar a alíquota do ICMS sobre o diesel de importação, medida que tem gerado resistência entre as unidades da Federação. No Distrito Federal, a avaliação é de impacto direto nas contas públicas: a arrecadação com o tributo chega a cerca de R\$ 470 milhões por ano. Diante desse cenário, o governo local já sinalizou que não deve aderir à iniciativa, priorizando a manutenção da receita e o equilíbrio fiscal.

Apreensão com a volta do caos de 2018

A recente pressão sobre os preços do diesel e a ameaça de uma nova paralisação de caminhoneiros voltaram a preocupar o setor atacadista no Distrito Federal. A diretoria do Sindiatacadista-DF acompanha com atenção o cenário e já projeta impactos diretos tanto nos custos operacionais quanto no abastecimento de produtos. “O cenário atual nos traz de volta tudo aquilo que aconteceu em 2018. A memória daquele período ainda é muito forte. Quando há qualquer sinal de paralisação, o mercado já reage, e isso pode provocar aumentos antes mesmo de uma interrupção efetiva”, afirma Alvaro Júnior, presidente do Sindiatacadista-DF.

Frotas de abastecimento

A variação no diesel gera aumento direto no custo do atacado, especialmente para quem tem frota própria. “Muitos atacadistas fazem suas próprias entregas, com frota própria. Então, qualquer alta no combustível impacta imediatamente a operação”, completa o empresário.

Divulgação



Provedores de internet se unem em pauta conjunta no Ministério das Comunicações

Associações de provedores de internet do Distrito Federal, Rio de Janeiro, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e do Pará estiveram nesta semana em Brasília para articulações com o Ministério das Comunicações, Anatel, Câmara dos Deputados e Senado Federal. As questões mais urgentes para os pequenos provedores, que representam 56% das conexões do país, são: compartilhamento de postes do setor elétrico; o acesso a recursos públicos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) por empresas menores; e a democratização do uso do espectro para permitir maior competição na internet móvel.

Editais do governo para Acessa Crédito

O Ministério das Comunicações assegurou aos provedores de internet que lançará em abril o edital do programa Acessa Crédito para que as pequenas empresas possam levar internet a cidades com menos de 30 mil habitantes. Essa linha especial prevê mais de R\$ 500 milhões do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) para investimentos regionais em conectividade. “Quem faz a internet na ponta são os provedores regionais e faremos o que estiver ao nosso alcance para ajudar”, disse o ministro das Comunicações, Frederico Siqueira Filho, ao receber representantes das associações.

Divulgação



Posse nos sindicatos empresariais do DF

Três sindicatos de peso da base da Fecomércio-DF realizaram, nos últimos dias, eventos de posse das respectivas diretorias para mandato dos próximos quatro anos.

O Sindhobar, que representa hotéis, bares e restaurantes, comemorou 63 anos de atuação com a posse do presidente reeleito Jael Antônio da Silva, junto com os demais integrantes da sua nova gestão (foto 1). Já o empresário do setor imobiliário Eduardo Pereira assumiu como presidente do Secovi-DF ao



lado de Ovídio Maia como vice. E receberam na solenidade no Sesc DF a presença do empresário Paulo Octávio entre os convidados (foto 2). Ocorreu também a posse de Marco Túlio Chaparro, reeleito presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal (Sindesei-DF).

O empresário reuniu a chapa referendada para uma celebração com convidados (foto 3). O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, compareceu a todos as posses. Parlamentares, autoridades do GDF, do TCDF e do Judiciário local prestigiaram os eventos.



LUTO

Magistrada teve atuação marcada pela ética e dedicação à Justiça. Aos 73 anos, ela tratava de um câncer de pulmão e morreu na quarta-feira, em decorrência de falência múltipla de órgãos. O velório será hoje, às 11h, no Campo da Esperança

O adeus à desembargadora Maria de Lourdes

» PAULO GONTIJO

A desembargadora Maria de Lourdes Abreu, ouvidora-geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), morreu na última quarta-feira, aos 73 anos. Ela estava internada no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, onde tratava um câncer de pulmão que evoluiu para metástase no cérebro. O óbito ocorreu às 21h20, em decorrência de falência múltipla de órgãos.

O presidente em exercício do TJDFT, desembargador Roberval Belinati, decretou luto oficial de três dias. Ele enfatizou tanto o perfil profissional quanto o humano da magistrada. “Ela honrou a todos em cada instante de sua vida. Construiu uma atuação marcada pela retidão, pela sensibilidade humana e pelo compromisso inabalável com a Justiça”, afirmou.

Em nota, o TJDFT expressou pesar pela morte da desembargadora e destacou sua dedicação ao longo da vida profissional. “O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios manifesta solidariedade aos familiares, amigos e colegas da magistrada, que dedicou sua atuação ao serviço da Justiça e deixa uma contribuição relevante para a instituição e para a sociedade”, afirmou a Corte.

Belinati também enfatizou o legado de Maria de Lourdes. “Ela deixa algo que transcende a função: o legado do amor, do carinho, do acolhimento e da escuta generosa. Sua partida nos causa profunda saudade, mas também nos conforta a certeza de que cumpriu sua missão com dignidade”, disse.

A morte da magistrada gerou comoção entre autoridades e instituições do sistema de Justiça. “Ao longo de sua carreira, construiu um

Ascom/TJDFT



Maria de Lourdes Abreu chegou ao TJDFT em 2014, pelo quinto constitucional

legado de integridade, firmeza e compromisso com a aplicação do direito”, escreveu a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, nas redes sociais.

Na mesma manifestação, Celina ressaltou o impacto do trabalho da magistrada no meio jurídico. “Ela sempre teve como pauta o respeito às instituições, a defesa da ordem jurídica e a sensibilidade diante das causas que exigiam equilíbrio e responsabilidade”, completou.

O MPDFT ressaltou a relevância de sua contribuição e seu “espírito pioneiro, a elevada dedicação e o firme compromisso com a promoção da Justiça

e o fortalecimento das instituições”. Também apontou a participação ativa da desembargadora na formação de novas gerações de profissionais e no aprimoramento institucional, tanto na área acadêmica quanto a de capacitação.

Trajatória

Com mais de quatro décadas dedicadas ao serviço público, Maria de Lourdes estava afastada das atividades no tribunal desde o ano passado para cuidar da saúde. A magistrada ocupava o cargo de ouvidora-geral do TJDFT no biênio 2024-2026, função voltada a

aproximar a Corte da sociedade e fortalecer os canais de escuta institucional. Também presidia a 1ª Câmara Cível e a 3ª Turma Cível, colegiados responsáveis por analisar temas relevantes do direito público e privado.

Maria de Lourdes chegou ao TJDFT em 2014, pelo chamado quinto constitucional, em vaga destinada ao Ministério Público. A nomeação reconheceu uma carreira consolidada no MPDFT, onde ingressou em 1981, em um momento importante de estruturação do órgão.

Na instituição, foi promovida a promotora de Justiça substituta em 1984 e, posteriormente, a

procuradora de Justiça em 1994. Com o tempo, assumiu funções estratégicas e participou de decisões importantes no Ministério Público. Atuou como conselheira do Conselho Superior e integrou comissões de concursos públicos, contribuindo diretamente para a formação de novos quadros no órgão.

Também dirigiu a Fundação Escola Superior do MPDFT, onde teve papel ativo no fortalecimento da formação jurídica e na produção de conhecimento na área. Fora da instituição, acumulou experiências em cargos relevantes, como secretária-executiva do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e assessora especial no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Antes de ser alçada ao TJDFT, coordenava a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica, com atuação nas áreas de meio ambiente, ordem urbanística e patrimônio cultural — temas sensíveis e de impacto direto na vida da população.

No TJDFT, manteve um trabalho marcado pelo equilíbrio, firmeza técnica e capacidade de diálogo. Ao assumir a Ouvidoria-Geral, passou a trabalhar diretamente na interlocução com cidadãos, advogados e instituições, reforçando a transparência e a confiança no Judiciário. A eleição por aclamação para o cargo evidenciou o reconhecimento interno ao seu perfil conciliador e à sua experiência.

Maria de Lourdes era casada e não tinha filhos. O velório será realizado hoje, das 11h às 13h, no Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul. A pedido da própria magistrada, o corpo será cremado em Valparaíso de Goiás. A cerimônia será no domingo (22/3), no Crematório de Valparaíso de Goiás, restrita a familiares.



Ela honrou a todos em cada instante de sua vida. Construiu uma atuação marcada pela retidão, pela sensibilidade humana e pelo compromisso inabalável com a Justiça"

Roberval Belinati, presidente em exercício do TJDFT



Ao longo de sua carreira, construiu um legado de integridade, firmeza e compromisso com a aplicação do direito"

Celina Leão, vice-governadora do DF